

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

SADAO OMOTE

Um dos assuntos do momento na Educação é a inclusão. A Educação Inclusiva implica práticas pedagógicas para atender as necessidades de todos os estudantes. Esses estudantes apresentam ampla diversidade, desde aqueles com facilidade para dominar qualquer assunto até aqueles que apresentam dificuldades generalizadas ou em relação a conteúdos específicos.

Ao falar em Educação Inclusiva, comumente há entendimento de que se refere particularmente a estudantes com alguma necessidade especial, identificando a sua deficiência. Em nome de Educação Inclusiva, são colocados em classes de ensino comum estudantes com alguma deficiência, para que aprendam junto com seus colegas de classe.

Naturalmente, o convívio entre os diferentes é uma condição importante para o amadurecimento social de todos os estudantes, com o exercício de direitos iguais, porém com a necessária diferenciação de atividades e recursos em função das características especiais de determinados estudantes. Para que esse convívio seja produtivo, o professor da classe de ensino comum necessita ser adequadamente formado e orientado, o que nem sempre ocorre nas nossas escolas públicas.

Em vista das dificuldades resultantes, comumente o estudante com alguma necessidade especial pode ficar um tanto à margem das atividades correntes na sala de aula. Eventualmente, pode realizar até atividade diferente e sob a supervisão de um professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou de um tutor. No limite, pode até criar situação um tanto constrangedora para o estudante com alguma necessidade especial, que vê expostas publicamente as suas diferenças e dificuldades, recebendo tratamento diferenciado.

Vem ocorrendo tentativas, nas últimas décadas, para a eliminação de categorias distintivas sujeitas à discriminação, estigmatização e exclusão. A partir da Declaração de Salamanca, por algum tempo, procurou-se evitar o uso de rótulos que identificavam categorias específicas de deficiências, por serem considerados estigmatizantes, substituindo-os por nome genérico de necessidades educacionais especiais (NEE). Nesse desfile de terminologia, tão comum em relação a assuntos polêmicos de difícil mudança na efetiva significação, o termo NEE também acabou por ser substituído por pessoa com deficiência (PcD), hoje ainda

considerado atual. O termo atual de uso quase compulsório é o público alvo da Educação Especial.

A Educação Inclusiva pressupõe atendimento a todos os estudantes, com as mais variadas necessidades educacionais, fazendo uso de ampla diversidade de recursos pedagógicos. Ocorre que muitos dos recursos especiais estão, no imaginário dos educadores e dos estudantes, associados a usuários especiais que possuem determinadas características constitucionais ou comportamentais permanentes ou duradouras. Na realidade, qualquer estudante pode encontrar, em algum momento na sua trajetória escolar, dificuldades em relação a assuntos específicos e sob determinadas condições. Esse estudante, ainda que não possa ser caracterizado propriamente como “portador de alguma NEE”, pode beneficiar-se de alguns desses recursos pedagógicos especiais.

Tenho sugerido substituir o nome Educação Inclusiva (quase em oposição, indevidamente, à Educação Especial) por Educação de Qualidade para Todos. Esta designação pode sugerir mais claramente que é possível romper com a tradicional dicotomia entre o deficiente e o não-deficiente. Mais ainda, o resultado a ser alcançado não depende apenas do projeto pedagógico, mas também das características de cada aluno, em interação dinâmica com os recursos oferecidos pela escola. Em qualquer nível de escolaridade, há objetivos comuns que todos os estudantes devem alcançar. Mas precisa haver objetivos diferenciados para diferentes estudantes, em função de seus interesses e outras características.

A Educação de Qualidade para Todos implica buscar a formação a mais plena possível de todos os estudantes, em função de diferentes condições de cada um deles, incluindo desde suas características intrínsecas, condições sociopsicológicas e motivacionais, até as oportunidades que se lhe oferecem. Não haveria – ou poderia minimizar – a possibilidade de uma criança ou jovem ter a sua carreira de estudante ser afetada por alguma das tantas condições adversas presentes hoje na vida escolar.

A Educação de Qualidade para Todos não implica apenas a formação de futuros profissionais competentes e comprometidos, mas, acima de tudo, a formação de cidadãos completos, plenamente realizados e felizes. Nessa tarefa, o professor desempenha um papel central, porém a consecução da Educação de Qualidade para Todos depende de toda a

comunidade escolar – professores, estudantes e equipe gestora – e das famílias dos estudantes. Além disso, a instituição escolar, com a sua programação de atividades, precisa encontrar-se plenamente integrada às demandas e oportunidades que a sociedade oferece.

Todos os recursos pedagógicos disponíveis, tanto materiais quanto procedimentais, devem ser empregados para atender as peculiaridades de cada estudante. Nesse sentido, pode-se dizer que não há, em princípio, nenhum recurso que seja exclusivo para estudantes com alguma condição específica. A clássica separação que ainda por vezes persiste entre recursos para o ensino comum e os para o ensino especial deve desaparecer na Educação de Qualidade para Todos. Recursos tradicionalmente considerados como exclusivos para os cegos ou com baixa visão – por exemplo, sistema Braille, lupas ou letras ampliadas – ou ainda para os surdos ou com perda auditiva parcial – por exemplo, Libras, aparelho de ampliação sonora e leitura labial – também podem ser utilizados com vantagem por pessoas que não apresentam tais limitações.

Ampliando um pouco mais o foco, a Educação de Qualidade para Todos não se limita à educação escolar, mas à educação no sentido mais amplo, o de formação integral da pessoa. Para a formação integral de todas as pessoas, dentro das condições de peculiaridades de cada uma delas, todos os recursos devem ser mobilizados. Incluem-se também recursos um tanto deixados à margem na atualidade, eventualmente até mesmo sendo considerados como segregativos, como instituições especializadas ou até residenciais para as pessoas com características que não permitem buscar a melhor formação em serviços considerados inclusivos. Mesmo a instituição especializada ou residencial deve funcionar com o propósito de promover a inclusão de seus usuários, em vez de mantê-los segregados do convívio social.

Trata-se da busca pela formação a mais completa possível de todas as pessoas, a despeito das mais variadas condições incapacitantes e adversas. É simplesmente respeitar radicalmente o princípio da igualdade de direitos e a idiosincrasia de cada pessoa.